

DOIS LIVROS SOBRE A HISTÓRIA RECENTE DE ANGOLA

Subordinados ao estudo da resistência africana à penetração portuguesa em Angola e subseqüentes revoltas e acções militares ocorridas entre meados do século XIX e 1961, apareceram recentemente dois livros da autoria de RENÉ PÉLISSIER, que no seu conjunto formam um todo ⁽¹⁾. Trata-se dum trabalho fundamental para o conhecimento de Angola, cujo interesse ultrapassa o âmbito da História, para se situar também no de outros ramos científicos mais ou menos próximos, entre os quais, naturalmente, a Geografia humana.

Em *Les Guerres Grises* analisa-se a resistência inicial das populações angolanas (a *primary resistance* dos autores de língua inglesa), à medida que os Portugueses avançam no território. Como sintetiza o próprio autor, «o presente trabalho pretende ser essencialmente uma história da 'fronteira' portuguesa em marcha para as fronteiras internacionais da Angola actual. É uma história de pó e de sangue. Uma história de sertão. As cidades só raramente aparecem nela, as sociedades crioulas nunca. Pode-se lamentar o facto, mas, historicamente, as *élites* africanas urbanas estiveram muito mais vezes contra o mato e o *gentio* que com eles. A clivagem operada pelos genes ou a frequência do branco foi uma das armas duma colonização que a princípio não tinha outra ambição senão o enriquecimento rápido dos seus vectores. Só mais tarde, quando Portugal quis uma colónia à imagem das suas vizinhas e os Europeus se tornaram numerosos, os mestiços e os negro-africanos aculturados, pressionados pelo racismo e ameaçados economicamente, se voltaram para os seus irmãos do mato. (...) Este volume (...) é uma história do sertão, como dissemos. É também a história duma recusa que se torna azeda e finalmente, como quase toda a história da conquista da África, a história dum fracasso» (p. 19).

⁽¹⁾ *Les Guerres Grises. Résistance et Révoltes en Angola (1845-1941)*. Péliissier, Orgeval (France), 1977 (630 p., 17 mapas). *La Colonie du Minotaure. Nationalismes et Révoltes en Angola (1926-1961)*. Péliissier, Orgeval (France), 1978 (727 p., 15 mapas). Os dois livros contêm extensas bibliografias anotadas (centenas de títulos mencionados em cada um deles) e resumos em inglês.

Duas ideias mestras estão inscritas a abrir o trabalho. Em primeiro lugar, a de que a definição geográfica de Angola é um fenómeno recente. Se exceptuarmos algumas áreas, que não chegam a alcançar a vigésima parte do território, este só foi ocupado a partir do começo do nosso século. Assim, Angola vai ser delineada muito tardiamente, tal como a maioria dos outros estados da África negra e, perante este facto, torna-se tão absurdo, no quadro dos actuais limites deste país, falar de cinco séculos de presença e «acção civilizadora» dos Portugueses, como dos mesmos cinco séculos de «opressão» e exploração colonial (ainda que tenham alastrado influências a partir dos portos para áreas mais ou menos vastas do interior, como a do comércio de escravos, de tão pesadas consequências). «É pois necessário deixar de evocar os fantasmas e exorcisar de uma vez por todas o século XVI, se Angola quer compreender o que é e o que não é» (p. 19).

Por outro lado, a submissão de Angola não só foi tardia, como também extremamente dificultada pela oposição dos seus habitantes, que aqui lutaram e resistiram como em nenhuma outra parte da África negra. Evidentemente, é mais correcto falar em resistências do que em resistência, de tal modo foram diversificadas as sublevações, sempre mais ou menos localizadas e raramente englobando mais que uma etnia. Seja como for, é sintomático que as guerras tenham atingido uma duração cumulativa de 21 anos e dois meses no período de 48 anos compreendido entre 1879 e 1926, e que se tenham ainda registado em época tão próxima de nós, como a de 1940-41 (no período mais perturbado, o de 1902-20, os conflitos ocupam 83 p. 100 da sua duração).

A primeira parte da obra, a que corresponde o seu primeiro capítulo, estuda «as bases da conquista». Toma-se como ponto de partida cronológico o governo de Pedro Alexandrino de Cunha (1845-1848), no qual se procede à aplicação efectiva das medidas de abolição do tráfico transatlântico de escravos, que haviam sido decretadas em 1836. Isto conduz a nova maneira de encarar o território, até então considerado como simples reserva de mão-de-obra escrava, a transferir para o outro lado do Atlântico. As principais exportações passam a ser determinados produtos da recollecção e da caça, como a goma copal, o marfim e a cera, e Angola é obrigada a deixar de viver com base em exportações declaradas ilícitas em 1836. Esta mudança de orientação determina um interesse novo pelas regiões angolanas, que se acentuará em anos posteriores, ao ser aceite internacionalmente o princípio de que só a plena ocupação (e não os direitos históricos de prioridade na descoberta ou chegada) garantiria a posse dos territórios coloniais.

Mas o que era Angola nesta viragem da sua história? Nada, como se disse, susceptível de comparação com o que é hoje. Por volta de 1875, ainda se lhe atribuíam superfícies que oscilavam entre 85 000 km² e 620 000 km² (p. 67-68). A administração portuguesa era essencialmente de natureza fiscal, materializada pela recolha de imposto. A análise detalhada da «topografia político-militar» (p. 33-62) permite detectar a fragilidade daquela administração em vastas áreas, bem como a diver-

sidade de situações que admitia. O autor aproveitou notícias recolhidas de numerosas fontes e conseguiu assim traçar um quadro, o mais rigoroso possível, da presença portuguesa em Angola nos meados do século XIX, incluindo elementos estatísticos, designadamente de índole demográfica. Apesar das fragilidades do domínio português, assinala-se que o chamado *reino* de Angola era então «a colónia europeia mais importante da África tropical e a única onde um branco pode avançar de oeste para leste em 3° de longitude (de Luanda ao Duque de Bragança) sem se arriscar a ver a sua passagem entravada pela vontade duma autoridade africana» (p. 41).

O estudo da conquista efectiva de Angola desdobra-se por dois períodos. O primeiro, de 1848 a 1878, constitui uma fase, digamos assim, preliminar, em que o ano de 1878 é tomado como limite por motivos ligados ao colonizador, essencialmente a abolição formal da escravatura, o renovado interesse dos Portugueses por estas paragens e a interferência acentuada de estrangeiros na esfera de acção portuguesa. Este período é estudado em seis capítulos (II a VII), um de índole geral (II) e os restantes dedicados às diversas regiões. Registe-se a multiplicidade de causas das revoltas — assunto a que adiante voltaremos —, como questões comerciais na área do Cassange (capítulo III), ou a má qualidade do aparelho administrativo na dos Dembos (capítulo V); nesta última, com a revolta desencadeada em 1871-72, garante-se a independência — facto significativo, dada a proximidade de Luanda —, e isto de tal forma, que só em 1890 será criado um posto além do Zenza e em 1907 empreendida a pacificação. Apesar de tudo, nota-se a tenacidade da presença portuguesa em pontos isolados dum sertão não dominado (como Quilengues e Caconda, no Centro, estudado na capítulo VI), para o que não é indiferente a rivalidade entre as populações africanas, que frequentemente, incitadas ou não pelos Portugueses, lutam umas contra as outras (referências, por exemplo, no mesmo capítulo VI, p. 134).

O segundo período decorre de 1879 a 1926. As características gerais são apresentadas no capítulo VIII, onde se encontram referências sobre a economia angolana nos últimos anos do século passado e primeiros do actual (ver, sobretudo, p. 174-181). Recordar-se que, entre 1904 e 1908, a borracha detinha 65 p. 100 do valor das exportações, totalizando 90 p. 100 com dois outros produtos, o café e a cera, o primeiro dos quais ganharia cada vez mais importância em anos seguintes. De salientar também neste capítulo os balanços das acções governativas de Paiva Couceiro (1907-1909), com o qual a conquista se tornou planificada, e de Norton de Matos (1912-1915 e 1921-1923). O estudo das várias regiões ocupa os nove capítulos seguintes, onde o enquadramento económico das revoltas, tantas vezes fundamental na sua compreensão, é um elemento do maior interesse para o geógrafo. É expressivo, a este respeito, o título do capítulo XI, «Da Borracha aos Diamantes: a Submissão da Lunda (1894-1926)». Evocam-se nele: os primeiros contactos comerciais, que não geraram fricções e se fizeram na sequência duma penetração tardia (marfim, borracha); a descoberta dos primeiros diamantes do Nordeste de Angola, em 1912; a viragem económica que trouxe este

no sentido que comporta representantes de todos os escalões sociais, podendo a preponderância numérica dos desfavorecidos ser tomada como índice duma flagrante similitude com a Metrópole» (p. 50). Resulta disto que as rivalidades com a população de origem africana se acentuam. Com efeito, os brancos dos estratos sociais inferiores estão em presença de concorrentes muito mais numerosos, mas em relação aos quais podem colocar-se em situação de superioridade, invocando a cor da pele. Esta comunidade branca, desprovida de posições de recuo na Metrópole, enraíza-se no país e luta tenazmente para melhorar a sua condição económico-social. Os Mestiços, que poderiam constituir um traço de ligação com os Pretos, são, como se viu, pouco numerosos: na realidade, achavam-se, em 1960, em regressão numérica relativamente aos Brancos e só foram influentes em Angola nos primeiros tempos da penetração. Finalmente, os Pretos, a grande massa da população angolana, encontravam-se enquadrados pelo chamado *Estatuto dos Indígenas* (decretado em 1929 e reformulado em 1954), que garantia a alguns deles a *assimilação*. Esta, porém, abrangia apenas menos de 1 p. 100 da população negra em 1950. RENÉ PÉLISSIER debruça-se largamente sobre este sistema jurídico (em especial nas p. 63-77), analisando o seu carácter elitista, os divisionismos que implicava, as limitações dos que se tornavam assimilados, a lentidão com que crescia o número destes. É impressionante o modo como a administração portuguesa ficava agarrada a normas que a evolução dos tempos e das situações ia tornando ultrapassadas. O estatuto de 1929 mostra-se bem enquadrado na sua época, mas em 1954 nada justificava que se persistisse no mesmo sistema, embora modificado. «Nada permite compreender melhor esta resistência de Portugal à erosão do tempo que o desfazamento entre as concepções portuguesa e francesa em matéria de assimilação. Esse desfazamento inscreve-se entre duas datas: 1946 e 1954. Em 1946, a França suprime o indigenato em África. Oito anos depois, Portugal codifica-o de novo e manterá sem mudanças, senão reforçada, durante mais sete anos, a distinção fundamental entre *indígenas* e *não indígenas*» (p. 64). Afinal, quase toda a população preta compreendia apenas indígenas, constituindo uma massa dividida em numerosos aspectos, o mais evidente dos quais no plano étnico, com os seus chefes tradicionais de papel apagado, mas tocada por um esforço de instrução insuficiente e, no conjunto, com poucas condições para a eclosão do nacionalismo.

Podia falar-se em Angola, nas vésperas das revoltas de 1961, de «Uma Leucocracia Triunfalista», conforme sublinha o título do capítulo II. Diversos factores permitem explicar que se vá mantendo então o velho esquema colonial: o atraso do desenvolvimento económico de Portugal, a não intervenção na segunda grande guerra mundial, com as suas convulsões e as transformações a que deu origem, o escasso peso político internacional do país, a falta de grandes colónias asiáticas, cuja erosão foi mais precoce, a entrada tardia na ONU, as boas relações com os países árabes. Daqui resulta que «a grande originalidade desta colonização, na véspera das perturbações de 1961, é pois o seu desfazamento em relação às que a rodeiam e a sua aparente solidez» (p. 96).

Ao mesmo tempo, a administração apresenta numerosas deficiências e alguma distância em relação aos indígenas, com os quais os contactos não estão facilitados (capítulo III, «Os Menores e a sua Tutora»). Há, evidentemente, diversos aspectos positivos na administração portuguesa, mas ao autor interessam mais os seus vícios, na medida em que são estes que estão na origem de fricções e descontentamentos, e portanto relacionados com as revoltas que se propõe estudar. Ao analisar esses vícios, menciona: uma justiça claudicante; o sistema fiscal (o imposto em si não é pesado, mas a sua regulamentação complexa e susceptível de arbitrariedades); a vigilância das deslocações (em princípio, por motivos sanitários); o sistema de contrato de trabalho (onde a inércia da legislação portuguesa é mais uma vez evidenciada, mantendo-se em 1960 o código de 1928, que era até um tanto avançado para a altura em que foi publicado); a espoliação fundiária, designadamente nas áreas de plantação e, em especial, no Noroeste.

Depois de considerar que a contestação com base em aspectos religiosos ou afins foi restrita e pouco influente em Angola (capítulo IV), o autor analisa o problema dos nacionalismos, no qual distingue o ramo leuco-angolano, o do nacionalismo africano «modernista» (mais lato) e o do etno-nacionalismo (de feição restrita, pelo menos inicialmente).

O separatismo branco (capítulo V) move-se numa margem indefinida, entre formas elaboradas e a oposição ao regime da Metrópole, ou ao governador-geral, ou ainda a outras entidades administrativas de Angola. O nacionalismo africano «modernista» (capítulo VI), com raízes em personalidades mestiças do século XIX, é elaborado nos ambientes urbanos, sobretudo no de Luanda, com as suas populações «destribalizadas», aproveitando elementos da civilização do colonizador e concebido à escala de todo o território; dele resulta o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), em Dezembro de 1956. Os etno-nacionalismos (capítulo VII) têm como factores de eclosão (p. 259-260): o peso demográfico; a existência de comunidades de exilados; a consciência histórica; a presença de civilizados negros e mestiços; a intensidade de fricções entre Africanos e Portugueses. Todos estes factores vão dar origem, para além de outros movimentos pouco relevantes, ao nacionalismo bakongo, materializado pela fundação da União das Populações do Norte de Angola (UPNA), em Julho de 1957, onde terá desde logo papel influente Holden Roberto, sobrinho dum secretário do antigo «rei do Congo», Pedro VII. Pouco depois, a UPNA garantirá audiência internacional e procurará assumir âmbito mais vasto, o que se concretiza pela mudança da sua designação, que passa a ser UPA (União das Populações de Angola), em Novembro de 1958 (mais tarde, a UPA dará lugar à FNLA, Frente Nacional de Libertação de Angola).

Criado o fermento do nacionalismo na sociedade angolana, ele irá irromper nas revoltas de 1961, a cuja análise é consagrada a segunda parte de *La Colonie du Minotaure*. O capítulo VIII estuda os pródromos dessas revoltas, os capítulos IX e X, a de Luanda, o capítulo XI, a da Baixa de Cassange, e os capítulos XII a XXI, a do Noroeste.

À primeira vista, poderíamos ser levados a pensar que se trata aqui duma investigação de índole puramente histórica e política. Na realidade, porém, as três revoltas são devidamente enquadradas nos ambientes geográficos onde se registaram: assim, como o autor tomou em conta que tiveram lugar em regiões concretas, com os seus problemas próprios, e que se desenvolveram em íntima ligação com aqueles ambientes geográficos, podemos compreendê-las melhor e deparar, nesta parte da obra, com algumas magníficas páginas de Geografia política, económica e social.

O capítulo IX («Luanda: Uma Cidade e os seus Problemas») descreve precisamente o cenário onde ocorreu a primeira das revoltas, insistindo nos aspectos que condicionaram o modo como se verificou. O ambiente urbano afigura-se, em princípio, favorável a uma sublevação, pelas suas possibilidades de promoção de quadros que a concebiam e executem e pela concentração humana que permite dispor de massas populares, mais ou menos consciencializadas e motivadas, que desencadeiem a acção. No caso de Luanda, porém, é preciso ver que se trata também da maior concentração de brancos (55 567 em 1960, isto é, 24,7 p. 100 da população da cidade), dos quais uns 10 000 de modesta condição, infiltrados nos muceques (bairros pobres da periferia) juntamente com a população de cor, duros e fortemente ligados às suas profissões e aos seus lares, constituindo portanto um grande obstáculo à revolução. Registe-se também a posição ambígua dos Mestiços na estratificação social e, entre os Pretos, a maior acumulação de assimilados existente em Angola e o predomínio dos Mbundu e Ovimbundos entre os indígenas. Apesar deste predomínio, a condicionar relativa homogeneidade étnica, a revolta de Fevereiro, enquadrada pelo MPLA, integrar-se-á no ramo do nacionalismo «modernista». Será uma revolta fracassada (capítulo X), devido a um factor tático, a «esmagadora superioridade do potencial militar português», e a três outros, que dizem respeito ao próprio conteúdo sociológico de Luanda: «densidade e omnipresença brancas excepcionais; dureza e vontade de resistência dos Europeus; antagonismos sociais, económicos e étnicos entre os Africanos» (p. 363). As operações, envolvendo pouca gente, um tanto improvisadas e mal assentes, serão facilmente sufocadas, mas terão, no entanto, grande repercussão internacional e porão a nu tensões raciais até então mais ou menos eficazmente dissimuladas.

A revolta da Baixa de Cassange (capítulo XI) assenta num contexto geográfico e sociológico totalmente diferente. Verifica-se numa área onde em 1926 tinha sido imposta a cultura obrigatória do algodão (aspectos jurídicos pormenorizados nas p. 403-404) e que era dominada pela poderosa COTONANG, empresa com capitais luso-belgas. Numa área de 75 000 km², viviam, em 1960, 70 000 habitantes, dos quais apenas 500-600 brancos. Como se vê, não era uma região de colonização e a própria percentagem de assimilados revelava-se muito escassa. Das quatro etnias representadas, as dos Mbundu e dos Bakongo foram as mais implicadas na revolta. Para esta vão contribuir fundamentalmente as tensões derivadas do carácter obrigatório da cultura do algodão e

agravadas pela crise económica que se abateu em 1960 (chuvas excessivas, insectos). Há que referir também, no desencadear da sublevação, vagas influências do MPLA e da UPA, bem como da independência do Congo Belga, e a incidência directa dum movimento de tipo messiânico que então se desenvolveu. Os acontecimentos assumem a forma duma gigantesca *jacquerie*, uma verdadeira explosão de miséria, vagamente agitada por fermentos nacionalistas, que se inicia em Novembro-Dezembro de 1960 e é violentamente reprimida em Fevereiro-Março do ano seguinte. Tem, ao menos, como consequência positiva, a abolição do regime de cultura obrigatória do algodão, em Maio de 1961, isto é, logo a seguir às perturbações.

A revolta do Noroeste está ligada a condicionalismos económicos comparáveis, analisados no capítulo XII («A Angola do Noroeste: a Terra, os Homens, o Café»). É também um produto rico, neste caso o café, que está na origem de grandes tensões, levantadas aqui por abusos na apropriação fundiária pelos brancos e na utilização de mão-de-obra africana. Embora a primeira exploração comercial angolana de café tenha aparecido em 1837, nos Dembos (concelho de Cazengo, no Cuanza Norte), é bastante mais tarde que a produção progride acentuadamente e o grande surto da cultura regista-se por ocasião da segunda grande guerra mundial, com base no mercado dos Estados Unidos. A corrida ao café está na origem das grandes percentagens de aumento de brancos, entre 1950 e 1960, nos distritos de Uíge e Cuanza Norte. As tensões indicadas vão-se acentuando e a elas outras se juntam, como as habituais fraudes dos comerciantes, o trabalho das mulheres e crianças nas estradas, as dificuldades impostas às deslocações, algumas campanhas de enquadramento sanitário, em si meritórias, mas deficientemente explicadas e difundidas entre as populações. Estas, fundamentalmente dos grupos Bakongo e Mbundu, apresentam uma taxa de escolaridade baixíssima (sobretudo os Bakongo), o que se relaciona com os métodos utilizados na sublevação, menos aperfeiçoados, mais brutais, mas ao mesmo tempo mais eficazes e melhor compreendidos pelos revoltosos.

As hostilidades contra os Brancos são desencadeadas pela UPA, a 15 de Março, e, em ambiente mais favorável que os dois levantamentos anteriores, vão continuar por dilatado período. A longa evolução do conflito, até que, a 7 de Outubro, prematuramente e com falso optimismo, as autoridades portuguesas anunciam que as perturbações se limitam a simples operações de polícia, é estudada em nove capítulos (XIII a XXI). Trata-se em grande parte duma verdadeira «guerra do café», em que, a partir de meados de Maio, a UPA não só ataca as fazendas, mas, perdendo o objectivo de dominá-las a curto prazo, procura destruí-las por completo, inutilizando mesmo as próprias plantas. Esta guerra económica salda-se por um fracasso para os Africanos, mas a verdade é que as supostas «operações de polícia» vão prolongar-se até 1974 e constituirão «a mais longa guerra de libertação jamais conhecida na África negra» (p. 653).

O último capítulo (XXII, «Balço do Ano Terrível») constitui uma síntese sucinta (p. 655-664), com o quadro sombrio das vítimas

(até Outubro, uns 30 000-50 000 mortos africanos e cerca de 500 brancos mortos e desaparecidos) e importantes consequências demográficas ao nível de movimentos de população. Neste aspecto, calcula-se que 600 000-650 000 pessoas, do total de 1 200 000 do Norte em 1960, se tenham refugiado no mato no ano seguinte, deixando o país entre 150 000 e 200 000 africanos, na sua maioria Bakongo. A guerrilha em si vai evoluir, passando a guerra de libertação nacional (vejam-se as p. 661-664), e amplia-se em 1966, com a abertura das frentes orientais pelo MPLA e pela UNITA (União para a Independência Total de Angola). Entretanto, em Outubro de 1961, a situação apresenta-se desfavorável para ambos os lados. Procura-se uma estratégia de lentidão e o regime português da altura tenta eternizar o conflito, lutando uma vez mais contra o tempo. Simultaneamente, procede a concessões reformistas aos colonizados (no próprio ano de 1961 é abolido o estatuto de indígena e em 1962 o trabalho contratado) e empenha-se no desenvolvimento económico de Angola, como nunca até então. «Mergulhados nas suas rotinas específicas, nacionalistas africanos e portugueses encaminhavam-se 'confiantes' para o décimo quarto ano deste conflito quando o imprevisível e o imparável se abateram sobre um regime cujo braço 'forte' execrava a sua missão, de tal modo a retórica estava divorciada do quotidiano. Começada em Ceuta por homens de armas em 1415, a expansão portuguesa morreu 559 anos mais tarde, ceifada em pleno vigor nesta mesma terra de África por oficiais desmoralizados e cansados de serem sacrificados aos mitos e a interesses que raramente eram os seus. A sua desapareição coincidiu com a queda dum regime que, mais do que qualquer outro, se empenhou em dar consistência política e económica a uma herança de letargias e nostalgias. Resta ver se os forjadores da Angola nova saberão e poderão tirar os ensinamentos dos erros cometidos, e conservar o essencial da sucessão que acabam de recolher» (p. 664).

Estas considerações finais de RENÉ PÉLISSIER rematam o longo trabalho de investigação histórica (uma história recente, em boa parte quase dos nossos dias), em relação ao qual se chamou aqui a atenção, sobretudo para os aspectos de maior interesse geográfico. Obra sólida, enriquecida por uma prodigiosa indicação de fontes e uma imparcialidade na exposição que não figura entre os seus menores méritos (de tal modo se tem visto ultimamente subordinar a serena apreciação dos factos à apaixonada defesa de doutrinas ou de teses preconcebidas), espera-se agora que tenha a larga difusão que merece, tanto em Angola como em Portugal.

CARLOS ALBERTO MEDEIROS